

ARTIGO

Mulheres, Anistia e direitos humanos durante a Ditadura Militar no Brasil: um balanço historiográfico

Women, Amnesty and human rights during the Military Dictatorship in Brazil: a historiographical review

Pedro Ernesto Fagundes*

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, ES, Brasil

RESUMO: No presente artigo realizaremos uma revisão bibliográfica sobre os trabalhos que analisaram os chamados movimentos pela Anistia, em especial o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) e o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA). Dirigidas majoritariamente por mulheres, no contexto da segunda metade da década de 1970, essas entidades colaboraram para inserir os direitos humanos na agenda política brasileira. Dentro desta perspectiva reflexiva, este texto reúne uma pesquisa bibliográfica que contribui para a ampliação do nosso entendimento sobre a história do protagonismo das mulheres durante a Ditadura Militar.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres. Direitos humanos. Anistia. Disputas de narrativas.

ABSTRACT: *The present article conducts a literature review of academic contributions that analyze the so-called Amnesty Movements, particularly the Women's Amnesty Movement (MFPA) and the Brazilian Amnesty Committee (CBA). Directed chiefly by women, in the second half of the 1970s, these organizations fostered human rights' insertion in the Brazilian political agenda. Within this reflexive approach, the article brings together extensive bibliographic research that contributes to expanding our current understanding of the history of women's protagonism during the military dictatorship.*

KEYWORDS: *Women. Human rights. Amnesty. Narrative disputes.*

* Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS/UFES). Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

E-mail: pefagundes@uol.com.br.

<https://orcid.org/0000-0002-1419-1130>.

Introdução

As Forças Armadas acabaram assumindo a responsabilidade de pacificar o País, enfrentando os desgastes para reorganizá-lo e garantir as liberdades democráticas que hoje desfrutamos. Em 1979, a Lei da Anistia, aprovada pelo Congresso Nacional, consolidou um amplo pacto de pacificação a partir das convergências próprias da democracia. Foi uma transição sólida, enriquecida com a maturidade do aprendizado coletivo. O País multiplicou suas capacidades e mudou de estatura. (BRASIL, 2021).

Em 31 de março de 2021, em alusão às “celebrações” dos 57 anos do Golpe Civil-Militar de 1964, o general do Exército, Walter Souza Braga Netto, titular do Ministério da Defesa e militar da ativa, apresentou essa ordem do dia que deveria ser divulgada nos quartéis brasileiros. A íntegra da nota expôs uma série de impropriedades históricas sobre os eventos de 1964.

Para o presente texto gostaríamos de ressaltar dois pontos. Primeiro, a ideia de que as Forças Armadas garantiram ou foram as responsáveis pela conquista das “liberdades democráticas”. E segundo, a imagem da Lei da Anistia de 1979 como a consolidação de “[...] um amplo pacto de pacificação a partir das convergências próprias da democracia” (BRASIL, 2021). Ambas as afirmações verbalizam uma interpretação que ganhou espaço nas últimas décadas, sobretudo entre parte da imprensa, dos partidos políticos e dos setores militares. A principal marca de tal interpretação é o silêncio e a amnésia política sobre as graves violações dos direitos humanos durante a Ditadura.

A respeito desta conjuntura, Daniel Aarão Reis Filho (2010) afirma que a transição política brasileira consagrou três silêncios sobre a Ditadura. O apoio da sociedade civil ao Golpe de 1964 e as propostas radicais das esquerdas armadas seriam os dois primeiros “silêncios”. A aprovação da Lei da Anistia, em 1979, completaria a tríade de “silêncios”. Dessa forma, o esquecimento, o silêncio e a ambiguidade são as marcas principais do chamado “pacto da sociedade” em torno da Lei da Anistia, tendo em vista que a legislação, apesar de permitir o retorno de exilados, justificou, simultaneamente, a “absolvição” de assassinos e torturadores.

Como observa Carlos Fico (2010, p. 333), esse projeto marcou “o pacto básico da transição ao garantir que, superada a Ditadura, os que a implantaram e a conduziram não seriam punidos por seus atos arbitrários”. Assim, a inclusão dos chamados “crimes conexos” no texto da Lei da Anistia, em um evidente desrespeito à legislação brasileira e internacional, inaugurou o silêncio e o sigilo sobre os crimes cometidos pelos militares, sedimentando as bases da jurisprudência da amnésia oficial sobre a história recente brasileira. Na prática, esse dispositivo garantiu uma “autoanistia” e isentou os torturadores de possíveis processos judiciais. Em contraste, permaneceu o “silêncio oficial” sobre os desaparecidos políticos.

Rodrigo Patto Sá Motta (2014) observa como em outros momentos da história do país a tradição da acomodação foi empregada para “pacificar” e “virar a página” das violências recentes. Segundo o autor, essa “tradição conciliatória” da política nacional teria como características principais a flexibilidade, a negação de conflitos e a permanente busca por soluções consensuais. Nesse sentido, na conjuntura da transição política, a aprovação da Lei da Anistia foi interpretada como a “solução possível”.

As análises apresentadas refletem a visão genérica sobre esse momento da transição política brasileira, que evidenciam a chamada “amnésia oficial” em torno de temas ligados à Ditadura

Militar. Durante a década de 2000, essa versão sobre a transição política brasileira foi amplamente divulgada pela grande imprensa, sobretudo sublinhando o papel de Ernesto Geisel (1974-1979) no contexto. Como destacamos, um dos efeitos do “pacto de reconciliação” foi a “reabilitação” de Geisel. Segundo essa perspectiva, consagrada nas obras do jornalista Elio Gaspari¹, o ex-presidente atuou de forma ponderada na transição política ao conter o “radicalismo” dos militares “linha-dura” e dos defensores dos direitos humanos.

Marcos Napolitano (2014, p. 286) analisou como no decorrer das últimas décadas essa narrativa em torno da “memória positiva” sobre o Governo Geisel ganhou fôlego. Na compreensão do autor, nessa operação seletiva, procurou-se legitimar algumas ações e personagens da Ditadura, o que gerou resultados contraditórios. Por um lado, a chamada “linha-dura”, a censura, as torturas e os desaparecimentos foram condenados. Por outro, a figura de Ernesto Geisel foi elevada à posição de “quase herói da democracia”.

Ainda segundo essa interpretação, a Lei da Anistia de 1979 consagrou os esforços do Governo Geisel em orquestrar a retirada pacífica dos militares da política. Em seguida, sempre em ritmo moderado, a presidência foi entregue aos civis. Esses eventos conferiram legitimidade — política, jurídica e institucional — à noção de reciprocidade como marca o discurso dos defensores da legislação de 1979.

Em consequência dessas manobras discursivas, surgiu um discurso que ratificou uma “versão oficial” branda e benevolente sobre a época. No presente, como a Ordem do Dia de 31 de março de 2021 demonstra, consolidou-se uma interpretação que apresenta os militares como moderadores da transição política, contribuindo para reforçar, divulgar e popularizar a versão sobre a postura moderada do Governo Geisel na superação das disputas políticas.

No contexto pós-1985, os argumentos contrários a esse relato, em especial, as demandas em torno da “revisão da Anistia”, da abertura dos arquivos da repressão e da punição dos torturadores foram enquadrados como tentativas de romper com esse “acordo”. Nesse texto pretendemos apresentar a produção bibliográfica sobre os movimentos pela Anistia, entre as décadas de 2000 e 2010. Justifico esse recorte temporal como um momento de adensamento das pesquisas acadêmicas sobre a Anistia e as produções publicadas em torno de algumas efemérides, entre elas: os 40 anos do Golpe de 1964 (2004), os 30 anos da legislação de 1979 (2009) e, sobretudo, os 50 anos do Golpe (2014).

Em seu conjunto, tais trabalhos são fundamentais para sublinhar os papéis assumidos pelas mulheres no cenário autoritário. Nosso objetivo é contrapor as perspectivas hegemônicas sobre o protagonismo dos militares na redemocratização do Brasil. Nesses debates, os estudos sobre a memória são um importante aporte teórico na análise das disputas de políticas sobre a Anistia.

Trabalhamos com o conceito de memória coletiva, observando a noção de memória em suas dimensões coletiva, política e social. Para tal, temos por base o trabalho de Maurice Halbwachs (2006). Nas primeiras décadas do século passado, esse sociólogo afirmou que as lembranças individuais estão inseridas em uma perspectiva de grupo. A memória é sempre vista a partir de um contexto social. O autor afirma, portanto, que são os indivíduos que lembram, mas é o grupo que define aquilo que deve ou não ser registrado coletivamente. Outro pressuposto indica que cada memória individual é um ponto de vista sobre as memórias coletivas. Essas se estabelecem a partir de “quadros” memoráveis.

A partir da década de 1970 a historiografia francesa resgatou os pressupostos de Halbwachs². Nesse contexto, as críticas de Michael Pollak (1989) colaboraram para atualizar e divulgar os debates sobre a memória coletiva. Esse autor procurou enfatizar os conflitos e as negociações que marcariam a seletividade das disputas pelo passado.

Pollak (1989) afirma que as memórias são sempre “enquadradas” a partir de perspectivas particulares dos grupos, evidenciando conflitos existentes para a legitimação de memórias coletivas hegemônicas em determinada sociedade. Outro aspecto inovador foi a discussão que ressaltou os conflitos entre “memória” e “esquecimento”.

Nessa concepção, a partir das chamadas “batalhas de memória”, enfatiza-se a pluralidade de memórias presentes na sociedade, demarcando o caráter seletivo da memória coletiva. O autor sublinha, ainda, que essas situações expõem os confrontos entre memórias “subterrâneas” e memórias “hegemônicas”. O conceito de “enquadramento” de memória (POLLAK, 1989, p. 4) potencializou os estudos das memórias como campo de disputas políticas. No decorrer dessas disputas, a memória coletiva organiza práticas e discursos de determinados grupos ou setores da sociedade, atribuindo significados e sentidos específicos, no presente, às narrativas sobre o passado. Em síntese, esses conflitos servem para selecionar determinadas versões — e discursos políticos — sobre os acontecimentos pretéritos.

Diante desse cenário, as pesquisas historiográficas resgataram as “memórias subterrâneas” sobre as entidades e militantes da Anistia. Mesmo fora da agenda dos hierarcas militares, essas entidades atuaram expondo publicamente suas reivindicações. Unificando e convergindo as oposições para uma pauta comum: a defesa dos direitos humanos dos presos, exilados e desaparecidos políticos. Entretanto, antes de prosseguirmos, é necessário responder uma questão: o que foram os movimentos pela Anistia?

Mulheres e as entidades na luta pela Anistia

Definimos os movimentos pela Anistia como um conjunto de personagens e entidades que, entre 1975 e 1979, protagonizaram uma série de ações — com diferentes volumes, intensidade e ritmos — que reivindicaram a redemocratização do país, no geral, e a Anistia, em especial. Originalmente essa denominação foi compartilhada entre militantes e agentes da repressão. Inicialmente o termo surgiu nos impressos das entidades que se autodenominaram “movimentos pela Anistia”. Posteriormente, a nomenclatura foi utilizada nos documentos dos órgãos da Comunidade de Informação.

A atuação dos movimentos ocorreu de forma assimétrica, fragmentada, descentralizada e com intensidades diferentes. Uma de suas marcas principais era a pluralidade. Esse aspecto abriu possibilidades para que no interior dos “movimentos” surgissem iniciativas individuais e coletivas que, mesmo em sintonias diferentes, buscaram uma solução em comum: a Anistia.

Entre as ativistas, grupos e organizações dos movimentos pela Anistia coexistiram propostas discordantes e divergentes, principalmente em relação aos prováveis beneficiados e aos limites de uma hipotética legislação sobre o tema. É possível afirmar que na primeira linha das entidades que compuseram os movimentos estiveram o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), os comitês de exilados no exterior, o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) e as entidades estudantis, capitaneadas pela União Nacional dos Estudantes (UNE). Sem estabelecer gradações ou nivelamentos em

relação às entidades citadas, podemos afirmar que todas — ressalvadas sempre suas particularidades e dessemelhanças — foram legítimas protagonistas das mobilizações pela Anistia.

Compreendemos que os acontecimentos, sobretudo entre 1975 e 1979, devem ser analisados como eventos sincrônicos e paralelos. Assim, seu marco inicial foi a criação do MFPA, em 1975. O surgimento do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) coincide com duas datas especiais: primeiro, a celebração do Ano Internacional da Mulher (1975), ano escolhido pela Organização das Nações Unidas (ONU) para realizar eventos sobre essa temática, como a primeira Conferência Internacional sobre as Mulheres, realizada na Cidade do México; e segundo, as comemorações dos 30 anos da Anistia política após o fim da Ditadura do Estado Novo (1937-1945). Ambas as celebrações, nos planos interno e externo, iriam permear as ações da MFPA.

Ao lado de familiares de presos e desaparecidos políticos, Therezinha Zerbine liderou a criação do MFPA em 1975. Como representante das mulheres brasileiras, Zerbine foi ao México e discursou durante a Conferência Internacional. Nos anos seguintes, as atividades do MFPA e do CBA serviram para divulgar as propostas dos movimentos pela Anistia para amplos setores da sociedade. Temas como direitos humanos, liberdade de expressão e de organização foram pautados. As duas organizações assumiram o protagonismo das manifestações pela redemocratização brasileira.

Como consequência, depois de anos de mobilizações, em 22 de agosto de 1979, em uma longa sessão do Congresso Nacional, o projeto de Anistia do Governo Militar foi aprovado por 206 a 201 votos. Em contraste com os massivos protestos nas principais cidades do país, liderados pelo MFPA e CBA, antes do início da sessão, as galerias do Congresso Nacional foram ocupadas por soldados da Aeronáutica. Em Brasília, mais uma vez, os clamores das ruas foram abafados pela truculência.

Entre 1975 e 1979, os movimentos pela Anistia fundaram núcleos em dezenas de Estados, organizaram manifestações públicas, atuaram na defesa dos presos políticos, publicaram manifestos, apoiaram protestos estudantis, articularam campanhas com organizações internacionais de direitos humanos — como a Anistia Internacional — e realizaram protestos nas ruas. Portanto, a participação das militantes da Anistia foi fundamental para a conquista das chamadas liberdades democráticas.

No período entre 1980 e 2000, as memórias das militantes da Anistia tornaram-se subterrâneas. Como dissemos, surgiram versões e interpretações que procuram reabilitar o papel das Forças Armadas durante a Ditadura, em especial, por meio da “consagração” da memória de Ernesto Geisel como o “General da Abertura”.

Nas últimas décadas, os movimentos pela Anistia, e sobretudo a memória de suas antigas dirigentes, experimentou um processo de “amnésia política”. Suas ações, entidades e personagens foram apartadas, principalmente na imprensa, dos relatos sobre a transição democrática brasileira. Como dissemos, as jornadas pela Anistia foram mobilizações nas quais as mulheres brasileiras assumiram papel de destaque. Entretanto, como observa Brenda Bernardes (2020), esse protagonismo esteve ausente, por exemplo, da maioria dos livros didáticos de História.

Contudo, a partir dos anos 2000 houve uma verdadeira explosão de pesquisas a respeito das entidades e, principalmente, sobre as mobilizações pela Anistia, configurando um adensamento analítico sobre a temática. Em nossa perspectiva, cabe destacar que o aparecimento tardio, somente no início da década de 2000, dos primeiros trabalhos específicos sobre os movimentos pela Anistia — MPFA e CBAs — indica que havia uma lacuna nos estudos a respeito da Ditadura Militar.

Outro elemento peculiar sobre esses primeiros esforços interpretativos: a maioria dos trabalhos foi produzida por pesquisadoras. Em nossa pesquisa bibliográfica essa presença massiva de pesquisadoras é patente. Pode-se supor que, inicialmente, essas mulheres foram motivadas pela descoberta da presença massiva das militantes e dirigentes na direção das organizações — algo incomum até aquele período — que protagonizaram as mobilizações pela Anistia no Brasil. Outra possível justificativa foi a ampliação de linhas de pesquisa em programas de pós-graduação sobre a História das Mulheres. A maioria das autoras procura apresentar como foi a trajetória dos movimentos pela Anistia. Os trabalhos recuperam e descrevem o início deste movimento, em 1975, até a aprovação da Lei da Anistia, em 1979. Outro aspecto ressaltado é como a influência do conceito dos direitos humanos alterou os rumos da luta pela Anistia no Brasil. A seguir iremos apresentar esses trabalhos.

A Anistia na História: o protagonismo das pesquisadoras

A maioria das produções analisadas é resultado de investigações realizadas em programas de pós-graduação, em nível de mestrado e doutorado. Tais trabalhos representam uma importante colaboração de novas pesquisadoras para o crescimento — quantitativo e qualitativo — da produção bibliográfica sobre o tema. Nossa análise privilegiou as obras que abordaram os movimentos e as mobilizações pela Anistia como tema central, com especial atenção às investigações sobre o MFPA e o CBA.

A intenção de coligir esses trabalhos foi privilegiar a recente produção bibliográfica, sobretudo na área de História, sobre as mobilizações pela Anistia. Observamos que tais produções são importantes fontes para a análise das transformações das disputas sobre os acontecimentos da transição política brasileira.

O trabalho de Anna Flávia Arruda Lanna Barreto, que discutiu as atividades do núcleo do MFPA de Minas Gerais, foi a primeira pesquisa acadêmica sobre a temática. Originalmente, a obra foi defendida como dissertação de mestrado, em 1996, no Programa de Pós-graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Em 2011, seu trabalho foi publicado em formato de livro.

A autora aborda os principais aspectos do MFPA em Minas Gerais. São destacadas a trajetória, as reações contra a Ditadura e a repressão contra as atividades das militantes mineiras. São analisadas, ainda, as divergências entre os projetos de Lei da Anistia apresentados pelo governo militar e as propostas dos movimentos pela Anistia, bem como suas ressonâncias no Congresso Nacional. Contudo, em nossa perspectiva, o ponto central do trabalho é a apresentação das características da fundação, da estrutura e das principais atividades do núcleo mineiro do MFPA.

Como destacamos, no início da década de 2000 surgiram novas análises sobre os movimentos pela Anistia. Uma delas, intitulada *A luta pela anistia no regime militar brasileiro: a constituição da sociedade civil no país e a construção da cidadania*, foi defendida como dissertação de mestrado em Ciência Política, em fevereiro de 2002, por Fabíola Brigante Del Porto. Seu trabalho foi apresentado no Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Na introdução, a autora indica que pretende analisar a “luta e a conquista da anistia tal como interpretadas pelos discursos dos seus participantes e defensores” (DEL PORTO, 2002, p. 7). Para

justificar a escolha de seu objeto de estudo, afirma que o MFPA constitui o primeiro movimento legalizado contra a Ditadura, elencando também os outros participantes e defensores da Anistia: integrantes da ala progressista da Igreja Católica, sindicalistas e militantes do movimento estudantil.

Destaca ainda que a luta pela Anistia serviu para constituir um debate entre esses setores no sentido de restabelecer as bases do Estado Democrático de Direito, além de contribuir para ampliar a presença dos movimentos sociais no debate político brasileiro. A autora pondera sobre a memória dos participantes dos movimentos pela Anistia durante a efeméride dos 20 anos da aprovação da Lei nº 6.683/79. E finalmente, retoma sua tese central, defendendo que a luta pela Anistia contribuiu para as transformações horizontais da sociedade (DEL PORTO, 2002).

Alessandra Ciambarella defendeu, em abril de 2002, outra pesquisa pioneira na temática. O trabalho foi elaborado como dissertação de mestrado no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). A autora apresenta o itinerário dos movimentos pela Anistia. Jornais e revistas da época foram as fontes principais da investigação. No aspecto cronológico, Alessandra Ciambarella (2002) indica que o resultado das eleições de 1974 abriu as possibilidades para o surgimento dos movimentos.

Mesmo concentrando muita atenção no surgimento dos núcleos do CBA, a autora destaca a importância da participação de outras entidades e organizações nas mobilizações, entre elas: a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Comitê de Defesa dos Presos Políticos, as entidades estudantis e o MFPA. Segundo Ciambarella (2002), o recorte temporal das mobilizações foi entre 1977 e 1979.

Andressa Maria Villar Ramos, também em 2002, defendeu na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) dissertação de mestrado em História intitulada *A liberdade Permitida. Contradições, Limites e Conquista do Movimento pela Anistia: 1975-1980*. É importante frisar que a pesquisadora concentrou seus esforços de pesquisa sobre as mobilizações pela Anistia ao longo de toda a pós-graduação, retomando o tema no doutorado na mesma instituição de ensino.

Inicialmente, Ramos (2002) analisou as atividades e as trajetórias do CBA e do MFPA utilizando jornais e revistas como fonte. Entretanto, o maior destaque do trabalho foi as entrevistas com ex-participantes das entidades e líderes dos movimentos pela Anistia. Uma observação relevante: uma das entrevistadas foi Therezinha Zerbine, presidente nacional do MFPA.

Na tese de doutorado, defendida em 2008, Ramos se concentrou na dimensão afetiva das mobilizações pela Anistia. No primeiro capítulo são abordados aspectos históricos da formação do país. Em seguida, é descrita a construção do aparato repressivo pós-1964, em especial a Justiça Militar, os órgãos de repressão e os mecanismos de tortura. No mesmo capítulo são analisados os impactos das eleições de 1974 e seus desdobramentos, entre elas a criação do MFPA, as mobilizações estudantis de 1977 e o surgimento do CBA, em 1978. No segundo capítulo destaca-se as formas de participação dos exilados brasileiros, sobretudo na organização de comitês na Europa. O terceiro capítulo da tese é praticamente dedicado à interpretação do projeto de lei de Anistia apresentado pelo governo militar no Congresso Nacional, em 1979.

Em 2003, Heloísa Greco defendeu tese de doutorado intitulada *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O objetivo central de sua pesquisa foi analisar a trajetória do CBA. Segundo a autora, essa entidade foi a protagonista das mobilizações pela Anistia.

Greco (2003) sublinha a participação da sociedade nas articulações contra os projetos de Anistia propostos pelo governo militar. Nessa luta, as mobilizações foram elemento fundamental. A autora defende que atuação das militantes da Anistia rompeu com a lógica do controle institucional. No decorrer das mobilizações, a sociedade teria reconquistado a “cidade enquanto espaço político”.

De acordo com Greco (2003), o marco na conquista da Anistia foi o surgimento do CBA, em fevereiro de 1978. A partir da criação dessa entidade foi se estruturando um movimento articulado nacionalmente, por meio dos núcleos locais, em quase todos os Estados do país. O fio condutor das mobilizações e dos argumentos para a criação dos comitês foi a defesa dos direitos humanos. Entre 1978 e agosto de 1979, mês da aprovação da Lei nº 6.683/79, esses comitês realizaram reuniões, manifestações, congressos, encontros, seminários, enfim, um conjunto de atividades que tiveram como principal bandeira a Anistia. Efetivamente, para a autora, as mobilizações pela Anistia atingiram um nível de radicalização apenas depois da criação dos núcleos do CBA.

Na tese — sempre sublinhando o protagonismo do CBA — destaca-se a clivagem de concepções que permeou a Lei da Anistia de 1979. Para Greco (2003), a lei aprovada em agosto de 1979 não contemplou os clamores das propostas defendidas pelo CBA. A proposta apresentada pelo governo militar qualificou a chamada Anistia como *amnésia*. Em outras palavras, os debates no Congresso Nacional e a posterior aprovação da Lei nº 6.683/79 enquadraram a ideia de Anistia como esquecimento, silêncio, conciliação e impunidade. Em contrapartida, as bandeiras do CBA absorveram as demandas pela memória e o discurso de presos, torturados, exilados e, sobretudo, de familiares de mortos e desaparecidos (GRECO, 2003).

Nesse contexto, a proposta de Anistia teve como finalidade o resgate da memória, da justiça, da verdade e da reparação histórica. Greco (2003) afirma, ainda, que a luta contra o esquecimento foi suplantada pelos termos da Lei de 1979. Simultaneamente, o saldo final foi a aprovação do projeto defendido pelo governo militar que implementou uma “Anistia amnésia” ou “memória instituída”. Por sua vez, o CBA defendia uma “Anistia anamnese/memória instituinte”. O símbolo máximo dessa realidade foi a inclusão da noção de “crimes conexos” no texto da legislação.

Maria Paula Araújo (2006) publicou um capítulo numa coletânea sobre a Ditadura. No texto, a autora procurou destacar os setores da sociedade atuantes na “resistência democrática” contra a Ditadura. A autora apontou a existência de duas fases da resistência das esquerdas. A primeira fase iria do período pré-Golpe de 1964 até a luta armada, em 1968. E o segundo momento, de 1974 até o fim da transição política, em 1985. A nominada “nova esquerda” estaria disposta, nessa segunda ocasião, a realizar uma autocrítica da fase da luta armada. Concomitantemente, a “luta democrática” se tornou a opção estratégica da maioria dos componentes desse segmento político, especialmente na introdução dos debates sobre os direitos humanos.

A autora destaca, ainda, o papel de outros setores da sociedade, entre eles: militantes estudantes, imprensa alternativa, Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) nas mobilizações pela Anistia. A temática da luta pela Anistia foi retomada em outros textos da autora sobre a resistência contra a Ditadura. Nos anos seguintes, Araújo voltaria a tratar o assunto, enfatizando, especialmente, a consolidação do discurso dos direitos humanos no vocabulário político das oposições à Ditadura como um dos principais legados da luta pela Anistia.

Flávia Burlamaqui Machado, ainda em 2006, defendeu uma dissertação de mestrado em História Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) dedicada à situação dos militares

cassados durante a Ditadura. A autora destacou a ausência de ressarcimento moral ou financeiro para os militares expurgados das Forças Armadas, mesmo após a aprovação da Lei da Anistia de 1979.

Machado (2006) descreveu o histórico das reivindicações desse grupo, destacando os contextos da Lei de Anistia, da Emenda Constitucional nº 26/1985 e da Constituição Federal de 1988. Por fim, é apresentada a situação dos militares cassados a partir da criação, em 2002, da Comissão de Anistia. As fontes principais foram jornais e entrevistas com quatro militares cassados.

A obra foi dividida em três capítulos. No primeiro são discutidos os modelos teóricos de transição política. O segundo capítulo apresenta a maior contribuição para a temática: a organização e a luta dos militares cassados pela ampliação de seus direitos, observando a “incompletude” da Anistia de 1979. No último capítulo, a autora destaca a trajetória dos militares perseguidos, cassados e expurgados das Forças Armadas, em meio a mobilizações para recuperar seus direitos políticos e profissionais.

A imprensa do MFPA foi o tema central do trabalho de Maria Cecília Conte Carboni. Em 2008, a pesquisadora defendeu uma dissertação de mestrado em História na PUC-SP. Seu objeto de estudo foi o jornal *Maria Quitéria*, publicação oficial do MFPA. Sem periodicidade de circulação, o boletim, vinculado entre 1977 e 1979, discorreu a respeito das deliberações, notícias e atividades da entidade. A autora, utilizando as edições do jornal como fonte, analisou como a entidade divulgou suas propostas e posições políticas no impresso.

Na parte inicial do estudo são apresentados dados sobre a fundação do MFPA e a presidente nacional da entidade, Therezinha Zerbine. Os aspectos que marcaram a linha editorial do *Maria Quitéria* são abordados no segundo capítulo. Por fim, autora sublinha as discussões sobre os modelos de Anistia propostos pelos movimentos e os caminhos das ativistas pós-1979.

Marcando a efeméride dos 30 anos da Lei da Anistia foi publicada uma coletânea de artigos denominada *A Luta pela Anistia* (SILVA, 2009). Advinda de reflexões debatidas por especialistas — durante o *Seminário Internacional: a Luta pela Anistia*, 30 anos, entre 11 e 15 de maio de 2009, no Memorial da Resistência, em São Paulo — a obra reuniu textos de diversos pesquisadores, ex-ativistas dos movimentos pela Anistia, exilados e ex-presos políticos.

Os artigos versam sobre três temáticas. A primeira refere-se às características da luta pela Anistia, ao perfil dos participantes e às análises históricas dessa luta, inclusive, comparando o caso de outros países. A segunda tem caráter memorialístico. É constituída de textos produzidos por ex-militantes que atuaram nas mobilizações. Por fim, no terceiro grupo são apresentados resultados de trabalhos acadêmicos. Nessa última seção, foram publicados textos de especialistas como Fabíola Brigante Del Porto, Glenda Mezarobba e Heloísa Greco. A participação dessas pesquisadoras indica o quanto essas interpretações eram reconhecidas pela comunidade acadêmica e ocupavam lugar destacado nos estudos sobre a luta pela Anistia.

Após 2009 surgiu outra frente inovadora de pesquisa: os estudos sobre os movimentos pela Anistia em outras regiões do país. Antes da década de 2000, pouco se sabia sobre a trajetória da maioria dos núcleos do MFPA e do CBA em âmbito estadual, com exceção do trabalho sobre Minas Gerais, escrito por Anna Flávia Lanna Barreto em 1996. Ou seja, até aquele momento a maioria dos trabalhos concentrava suas investigações no eixo Rio-São Paulo.

Um dos primeiros trabalhos desse seguimento foi a tese de doutorado de Ana Rita Fonteles Duarte, defendida em 2009 pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal

do Santa Catarina (UFSC). O objetivo central foi o resgate da visibilidade política do MFPA cearense. Seu trabalho foi publicado em formato de livro em 2012, com o título *Jogos de Memória: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará*, e analisou os principais aspectos da atuação das militantes cearenses durante a campanha pela Anistia.

Para investigar a trajetória, as atividades e as contradições do núcleo do MFPA/CE, Duarte (2012) utilizou como fonte acervos dos órgãos de repressão e, principalmente, entrevistas com as ex-integrantes. A partir da análise desses depoimentos, a autora identificou disputas de memória entre as ex-militantes, sobretudo entre as ativistas que mantiveram uma atuação político-partidária. Outro aspecto inovador de Duarte (2012) foi analisar as mobilizações pela Anistia a partir do conceito de jogos de gênero.

Nos anos seguintes foram publicados dois trabalhos sobre as mobilizações pela Anistia no Rio Grande do Sul. A dissertação de Mariluci Cardoso de Vargas (2010), intitulada *Deslocamentos, vínculos afetivos e políticos, conquistas e transformações das mulheres opositoras à Ditadura Civil-Militar: a trajetória do Movimento Feminino pela Anistia no Rio Grande do Sul (1975-1979)* — defendida pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) — e o livro *Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa*, escrito por Carla Rodeghero, Gabriel Dienstmann e Tatiana Trindade (2011). Ambas as publicações recuperaram a trajetória política das principais militantes dos movimentos pela Anistia no Rio Grande do Sul.

Assim como o trabalho de Duarte (2012) sobre o Ceará, o mérito dos trabalhos gaúchos foi ampliar a compreensão sobre as atividades locais dos movimentos pela Anistia, em especial, das dirigentes do MFPA/RS. Isso porque permitiu observar que a atuação dos núcleos estaduais divergia das orientações da presidente nacional. Anteriormente, havia a noção de que todos os núcleos estaduais seguiam de maneira homogênea as regras impostas pelo estatuto da entidade e, principalmente, por Therezinha Zerbine. Como apontam as obras, nas atividades práticas do MFPA/RS, em diversas ocasiões, as militantes gaúchas ampliaram o escopo das propostas. Por exemplo, o núcleo passou a adotar e defender uma “Anistia para o povo”, em uma leitura mais ampla do tema, se comparada à proposta original da Direção Nacional.

Outras particularidades do núcleo gaúcho têm relação com o calendário de comemorações. No estado, as militantes celebravam o dia 24 de agosto, data de aniversário de morte de Getúlio Vargas. A comemoração seria uma alusão ao fato de o ex-presidente ter sido “um dos que mais anistiarão neste país” (RODEGHERO; DIENSTMANN; TRINDADE, 2011, p. 43). Outro aspecto particular foi o apoio à greve de trabalhadores e às reivindicações dos militares cassados em 1964.

Em 2012, Maria Paula Araújo e Carla Rodeghero uniram seus esforços de pesquisa com Antonio Montenegro. Dentro do projeto Marcas da Memória, da Comissão Nacional da Anistia, publicaram o livro *Marcas da memória: história oral da Anistia no Brasil*. Como o título indica, a obra reuniu textos acadêmicos com trechos de depoimentos de ex-participantes do MFPA e do CBA. Na primeira parte da obra constam textos de professores universitários, pós-graduandos e integrantes da Comissão da Anistia. Em um segundo momento, são apresentadas as compilações dos testemunhos de ex-militantes dos movimentos pela Anistia.

A equipe do projeto, promovido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sob coordenação de Maria Paula Araújo, coletou 44 entrevistas de destacadas figuras atuantes nos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Antonio Torres Montenegro, professor da

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), coordenou a coleta de 40 depoimentos de ex-participantes da campanha pela Anistia, “contemplando nove mulheres e trinta homens, nos estados do Piauí, Alagoas e Pernambuco” (MONTENEGRO; RODEGHERO; ARAÚJO, 2012, p. 207).

No Rio Grande do Sul, sob a coordenação de Carla Rodeghero, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), foram coletadas 18 entrevistas com ex-integrantes dos movimentos pela Anistia. Segundo os autores, todas as entrevistas foram enviadas para o acervo da Comissão Nacional da Anistia, entidade que financiou a pesquisa, por meio do Projeto Marcas da Memória.

Em 2014, com a efeméride dos 50 anos do Golpe de 1964, Carla Rodeghero publicou um capítulo sobre o tema numa coletânea de especialistas sobre a Ditadura Militar. No texto, retoma sua análise sobre as similaridades entre as campanhas pela Anistia de 1945 — um marco do fim da Ditadura do Estado Novo — e a campanha iniciada em 1975. Como a autora enfatiza, citando a obra de Roberto Ribeiro Martins (1978), a luta pela Anistia no Brasil tem caráter retrospectivo. Em outras palavras, essa demanda faz parte da arquitetura das relações políticas de nosso país. Por último, Rodeghero (2014) sublinha suas impressões ao apontar o esquecimento e o caráter de reparação das políticas de memória do governo como principais características da Anistia brasileira.

A dissertação de Denise Felipe Ribeiro (2012), defendida pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), realizou uma análise comparada da Anistia brasileira em relação aos países do Cone Sul. Em 2015, a pesquisa foi publicada em formato de livro com o título de *Os desafios da Anistia brasileira: da Ditadura Civil-Militar à democracia*.

Na obra, a autora discorre a respeito do surgimento dos debates sobre a Anistia e as reações contrárias à Ditadura Militar. Merece destaque a tentativa de estabelecer uma análise comparada da transição política do Brasil em relação aos países do Cone Sul. O segundo capítulo descreve as reações da Ditadura Militar em relação às atividades dos comitês de exilados no exterior. Em seguida é apresentado um panorama sobre a situação dos exilados brasileiros em face dos desafios e das ações dos militantes da oposição no exterior.

Pâmela de Almeida Resende concluiu seu mestrado em História, na Unicamp, em 2013. Posteriormente, sua dissertação — intitulada *Os vigilantes da ordem: a cooperação DEOPS/SP e SNI e a suspeição aos movimentos pela anistia (1975-1983)* — foi um dos trabalhos vencedores do Prêmio Memórias Reveladas, concurso promovido pelo Arquivo Nacional. Com a premiação, o trabalho foi publicado em formato de livro em 2015.

No primeiro capítulo, a autora discute os episódios centrais das mobilizações pela Anistia. No segundo e no terceiro capítulo, Resende (2015) se debruça sobre a “radiografia” e o *modus operandi* da Comunidade de Informação, destacando as formas como as atividades das militantes foram, rotineiramente, monitoradas.

A autora conclui seu estudo ressaltando os fatos e acontecimentos que marcaram as mobilizações de 1979. Aproveitando-se do contexto de relativa abertura dos acervos documentais das polícias políticas estaduais, iniciada a partir da década de 1990, Resende utilizou como fonte principal documentos do acervo da antiga Delegacia de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo (DEOPS/SP).

Lucas Monteiro de Oliveira obteve, em 2014, o título de mestre em História pela Universidade de São Paulo (USP), defendendo a dissertação denominada *A lei de Anistia na transição democrática brasileira*. Em 2016, seu trabalho foi publicado em livro. No primeiro capítulo, Oliveira (2016)

realizou um balanço das principais concepções apresentadas pelos movimentos pela Anistia. Utilizando a tese de Heloísa Greco como referencial, o autor enquadra as entidades — MFPA e CBA — e os exilados que participaram das mobilizações em espectros políticos diferentes.

O autor enfatiza que o MFPA representava uma proposta de Anistia como forma de “pacificação da família nacional”. Por sua vez, a posição do CBA visava à Anistia como uma forma de conquista dos direitos humanos — Anistia Ampla, Geral e Irrestrita —. Nos dois capítulos seguintes, são sublinhados os debates no Congresso Nacional em torno do projeto de lei apresentado pelo governo. Merece destaque a apurada imersão realizada pelo autor nos debates e nas discussões realizadas por parlamentares e partidos políticos durante a tramitação do projeto. Assim, observamos que a principal contribuição de Oliveira (2016) para a pesquisa da temática ocorre no segundo capítulo do trabalho.

Renato Lemos, professor da UFRJ, publicou em 2002 um artigo destacando a Lei de Anistia. O autor define a legislação como resultado de “uma transação entre setores moderados do regime militar e da oposição, por iniciativa e sob controle dos primeiros”. Sustentando seus argumentos, define a aprovação da legislação como uma “contrarrevolução preventiva” inserida na tradição de “conciliação” política brasileira (LEMOS, 2002, p. 289).

Em 2018, Lemos publicou o livro *Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964-1979)*. O objetivo da obra foi apresentar um contraponto às narrativas e às versões da maioria dos pesquisadores do tema. Assim, segundo o autor, essas interpretações são “comprometidas com a visão liberal-democrática hegemônica nesse campo de estudos” (LEMOS, 2018, p. 18).

Segundo sua análise, apesar das pressões das oposições, a aprovação da legislação de 1979 aconteceu apenas quando os dirigentes militares consideraram adequado esse “avanço no processo de transição”. De acordo com Lemos (2018, p. 19), a Lei da Anistia foi uma operação política na qual a Ditadura capturou das oposições a bandeira de Anistia e a redefiniu de acordo com seus objetivos estratégicos.

Lemos (2018) desenvolveu seus argumentos ao longo de três capítulos. No primeiro capítulo o autor examina as discussões em torno da temática entre 1964 e 1974. O segundo capítulo está dividido entre 1974 e 1978. Nessa seção, Lemos (2018) destaca os contextos externo e interno e seus impactos nos debates sobre a Anistia. No terceiro capítulo são analisadas as táticas do governo militar para sobrepor seu projeto de Anistia no Congresso Nacional, manobra que foi de encontro à proposta da Anistia das oposições.

Na conclusão, são apresentadas algumas polêmicas relativas aos limites da legislação. Recuperando o argumento defendido em seu artigo de 2002, o autor reafirma que a aprovação da Lei da Anistia foi uma “contrarrevolução” que representou uma “vitória estratégica da direção burguesa do processo de transição política iniciada em 1974” (2018, p. 27). Essa contrarrevolução foi comandada pelos militares em defesa dos interesses das classes dominantes. Nesse tópico, Lemos (2018) utiliza o conceito de “luta política de classes” para qualificar o caráter burguês da Ditadura “Civil-Militar”. Assim, em sua perspectiva, a Lei da Anistia é interpretada como mais uma operação dos militares para prolongar a transição política até o presente.

É importante informar que essa revisão bibliográfica compilou obras disponíveis em editoras e *sites* de programas de pós-graduação. Outra observação: privilegiamos pesquisas na área de História. Por fim, examinamos dados de textos publicados até 2014. Portanto, não avaliamos publicações referentes à efeméride dos 40 anos da aprovação da Lei da Anistia, publicados a partir

de 2019. Mas, mesmo assim é importante registrar que essa data motivou a publicação de novos livros sobre a temática. Entre essas novas obras estão os livros de Pedro Ernesto Fagundes (2019), Carlos Arthur Gallo (2019), Tatyana de Amaral Maia e Ananda Simões Fernandes (2020).

Considerações finais

Procuramos destacar o surgimento de uma volumosa produção de pesquisas a respeito da Anistia de 1979 a partir dos anos 2000. A maioria dos trabalhos abordou as trajetórias das militantes e entidades que participaram das mobilizações. Ademais, é preciso contextualizar o momento da produção das pesquisas analisadas. A década de 2000, como afirma Caroline Silveira Bauer (2012), foi marcada pela expectativa em torno das informações a respeito dos casos envolvendo as graves violações dos direitos humanos, sobretudo no que se refere aos desaparecidos políticos. A criação da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2001) e o funcionamento da Comissão Nacional da Verdade (2012-2014) marcaram esse período atual.

Passadas quatro décadas de promulgação da Lei de Anistia, no momento em que a maioria dos estudos historiográficos sobre a temática ressaltaram os limites e desalinhos dessa legislação de 1979, a democracia brasileira sofre inúmeros ataques. Na atual conjuntura, emergem grupos da extrema-direita que buscam estabelecer uma versão “paralela” da história da Ditadura Militar. Outros setores — de modo público e frequente — reivindicam uma “intervenção militar”.

Esses discursos encontram ressonância em setores do Governo Federal, sobretudo, na figura do presidente Jair Bolsonaro. Basta verificar que, recorrentemente desde 2019, o Ministério da Defesa pública “Ordens do Dia” apologéticas sobre o “movimento de 1964”. Em síntese, uma conjuntura marcada pela contradição: por um lado, a explosão da produção acadêmica sobre a temática aconteceu simultaneamente ao crescimento das manifestações de desinformação e negacionismos dos setores “saudosistas” da Ditadura Militar.

Tal cenário reforça a necessidade de estudos sobre nosso passado recente. As marcas da tortura e da violência, infelizmente, ainda estão presente em diversas instituições do Estado, sobretudo, atingindo populações socialmente marginalizadas, entre elas: negros, indígenas, mulheres e população LGBTQIA. A Ditadura Militar brasileira, nos últimos anos, é um dos temas mais debatidos na imprensa e na academia. Entretanto, como procuramos demonstrar, algumas entidades e personagens permanecem esquecidas.

Concluimos este artigo ressaltando a necessidade da ampliação da produção de trabalhos que recuperem a trajetória das entidades e, principalmente, das trajetórias das mulheres sobre a transição política brasileira. A superação dessa forma de “amnésia política” passa por diversas atitudes contra o esquecimento. Nesse sentido, este texto pretendeu resgatar esse momento da história das mulheres brasileiras. Ou seja, nosso objetivo foi sublinhar que essas mulheres foram as protagonistas das mobilizações pela Anistia no Brasil. E que no presente, felizmente, são as mulheres as principais referências nas pesquisas acadêmicas sobre a temática.

Referências

- ARAÚJO, M. P. Estratégias de resistência e memória de luta contra o regime militar no Brasil (1964-1985). In: MARTINS FILHO, J. R. (org.). *O Golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: Ed. UFSCar, 2006. p. 93-104.
- BARRETO, A. F. A. L. *Movimento Feminino pela Anistia: a esperança do retorno à democracia*. Curitiba: CRV, 2011.
- BAUER, C. S. *Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória*. Porto Alegre: Medianiz, 2012.
- BERNARDES, B. S. A Anistia de 1979 nos livros didáticos: considerações críticas. In: SEMANA DE HISTÓRIA, 12., 2020, Vitória. *Anais [...]*. Vitória: UFES, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/semanadehistoria/article/view/33744>. Acesso em: 7 dez. 2021.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Ordem do dia alusiva ao 31 de março de 1964. *Gov.br*, Brasília, DF, 31 mar. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ordem-do-dia-alusiva-ao-31-de-marco-de-1964-2021>. Acesso em: 31 mar. 2021.
- CARBONI, M. C. C. *Maria Quitéria: o Movimento Feminino pela Anistia e sua imprensa (1975-1979)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- CIAMBARELLA, A. "Anistia ampla, geral e irrestrita": a campanha pela Anistia Política no Brasil (1977-1979). 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.
- DEL PORTO, F. B. *A luta pela anistia no regime militar brasileiro: a constituição da sociedade civil no país e a construção da cidadania*. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- DUARTE, A. R. F. *Jogos de memória: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)*. Fortaleza: INESP: UFC, 2012.
- FAGUNDES, P. E. *Anistia: das mobilizações das mulheres na Ditadura Militar às recentes disputas sobre o passado*. Vitória: Milfontes, 2019.
- FICO, C. A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado "perdão aos torturadores". *Anistia Política e Justiça de Transição*, Brasília, n. 4, p. 318-333, jul./dez. 2010.
- GALLO, C. A. (org.). *Anistia: 40 anos, uma luta, múltiplos significados*. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.
- GRECO, H. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- LEMOS, R. Anistia e crise política no Brasil pós-1964. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 287-313, dez. 2002.
- LEMOS, R. *Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964-1979)*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- MACHADO, F. B. *As Forças Armadas e o processo de anistia no Brasil (1979-2002)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- MAIA, T. de A.; FERNADES, A. S (org.). *Anistia: um passado presente?* Porto Alegre: EdiPUC-RS, 2020.
- MARTINS, R. R. *Liberdade para os brasileiros: anistia ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- MONTENEGRO, A. T.; RODEGHERO, C.; ARAÚJO, M. P. (org.). *Marcas da memória: história oral da Anistia no Brasil*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.
- MOTTA, R. P. S. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- NAPOLITANO, M. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- OLIVEIRA, L. M. *As dinâmicas da luta pela anistia na transição política*. São Paulo: Fapesp: Intermeios, 2016.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RAMOS, A. M. V. *A liberdade permitida: contradições, limites e conquista do Movimento pela Anistia: 1975-1980*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

RAMOS, A. M. V. *As sensibilidades coletivas nas ações políticas: a dimensão afetiva no movimento pela Anistia (1975-1980)*. 2008. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

REIS FILHO, D. A. Ditadura, anistia e reconciliação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 171-186, 2010.

RESENDE, P. A. *Os vigilantes da ordem: a cooperação DEOPS/SP e SNI e a suspeição aos movimentos pela anistia (1975-1983)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

RIBEIRO, D. F. *A anistia brasileira: antecedentes, limites e desdobramentos da Ditadura Civil-Militar à democracia*. Curitiba: Prismas, 2015.

RODEGHERO, C.; A Anistia de 1979 e seus significados ontem e hoje. In: REIS FILHO, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do Golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 172-185.

RODEGHERO, C.; DIENSTMANN, G.; TRINDADE, T. *Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2011.

SILVA, H. R. K. (org.). *A luta pela Anistia*. São Paulo: Editora Unesp: Arquivo Público do Estado de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

VARGAS, M. C. *Deslocamentos, vínculos afetivos e políticos, conquistas e transformações das mulheres opositoras à Ditadura Civil-Militar: a trajetória do Movimento Feminino pela Anistia no Rio Grande do Sul (1975-1979)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

Notas

1 O jornalista ítalo-brasileiro Élio Gaspari escreveu cinco livros sobre a Ditadura Militar brasileira: *A ditadura envergonhada* (2002), *A ditadura escancarada* (2002), *A ditadura derrotada* (2003), *A ditadura encurralada* (2004) e *A ditadura acabada* (2016). Tais obras estão divididas em quatro volumes e duas partes: as *Ilusões armadas* e *O sacerdote e o feiticeiro*. Tal obra foi resultado de profunda pesquisa iniciada na década de 1980, a partir de bolsa de estudos que recebeu no *Wilson Center for International Scholars*. A obra se concentra na análise da trajetória e do papel exercidos, durante a ditadura inaugurada em 1964, por dois personagens, no caso os generais Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva. Embasado em documentos pessoais de ambos, os livros revelam bastidores de mais de 20 anos dos governos militares.

2 Importante salientar que Maurice Halbwachs morreu durante a Segunda Guerra Mundial. Postumamente, em 1950, seus amigos publicaram essa obra. Contudo, a historiografia francesa “redescobriu” os estudos do autor na década de 1970.

Data de recebimento: 15/04/2021

Data de aprovação: 20/12/2021